

## Vieira: Natureza, Verbo e História na Amazônia

por Geraldo Mártires Coelho\*

Breve, mas intensa, foi tanto a passagem quanto a experiência de Antônio Vieira pela Amazônia do século XVII, um gigantesco território que abrigava os atuais domínios do Pará, do Amazonas e do Maranhão. Nesses cenários tropicais, entre 1653 e 1661, dar-se-iam alguns dos mais vivos e conflitantes processos do missionarismo jesuítico no Brasil colonial. Afinal, com seus milhares de índios, a Amazônia parecia figurar na condição dos *genus angelicum*, do mundo beatificado de almas à espera da chegada da Palavra e da Instauração do Verbo, almas passíveis da catequese que as levaria ao encontro do Evangelho. Ao chegar a São Luís do Maranhão, em 1653, procedente de Lisboa, Vieira daria início a um apostolado altamente complexo, em razão das reações que, no Maranhão e no Grão-Pará, enfrentaria a Companhia de Jesus por parte dos colonos que não aceitavam a intervenção dos jesuítas em defesa do não-cativeiro indígena.

O sentido de apostolado para a ação de Vieira na Amazônia e no Brasil como um todo, não pode ficar restrito a um conjunto de práticas – como o seu combate desabrido em defesa da liberdade indígena – dissociadas, por sua vez, de um projeto maior. E este projeto, conhecida a teologia política de Vieira, voltava-se para a construção, a um só tempo canônica e histórica, do que o grande pregador depois chamaria de *Reino de Cristo na Terra Consumado*, o Quinto Império da teologia política vieiriana. As vitórias e as derrotas, sobretudo as segundas, da Companhia de Jesus no norte do Brasil não deixariam de se refletir sobre o élan vieiriano, mas fazer triunfar a Palavra era espelhar a certeza do caminho por Vieira pensado para chegar a um novo Reino de Cristo. Dito de outro modo, os enfrentamentos entre Vieira e os sujeitos históricos da colonização no Maranhão e no Pará não o impediriam de seguir na construção de seu edifício cristológico.

O enfrentamento entre os jesuítas, as Câmaras e os colonos maranhenses e paraenses seria constante e representaria, do ponto de vista do imperialismo cristológico de Vieira, um sinal inquietante para a construção do edifício da Palavra nas selvas. Expulsos os jesuítas do Maranhão e do Pará em 1661, Vieira registraria, no *Sermão da Epifania*, pregado em 1662 na Capela Real de Lisboa, que o Anticristo marchava sobre o mundo do Verbo no país das *Amazonas* (COELHO: 2005, 207). O texto do grande sermão realça, por meio de imagens de marcante intensidade, precisamente o lugar que a Amazônia ocupava na espacialidade possível do Quinto Império. A sua perda, ainda que temporária, seria um golpe na concepção de Vieira acerca do que pensava, como será visto mais à frente, sobre o destino evangelizador de Portugal.

Apenas para recuperar imagens fundadoras do conflito entre colonos e jesuítas no Maranhão e no Pará, veja-se que em 1622, quando o padre Luís Figueira voltava a São Luís (lá estivera numa primeira missão, em 1607), o Senado da Câmara requeria a sua saída da Capitania, pois seus moradores temiam “sempre a comunicação dos missionários de Jesus, como embaraço dos particulares interesses no serviço dos índios” (BERREDO: 1905, t.I, 195). Em 1626, os jesuítas requereram ao Senado da Câmara de Belém permissão para estabelecer a Ordem na Capitania. A permissão foi recusada pelo Procurador da Câmara, recusa feita “com mais paixão que zelo”, argumentando a autoridade que a vereação, com base no fato de “a Povoação [estar] tanto nos seus princípios”, mas assim mesmo estava assistida

---

\* Docente da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará.

espiritualmente pelos religiosos do Carmo e de Santo Antônio. Dessa forma, nela não havia “lugar” para uma terceira ordem (BERREDO: 1905, t.I, 223-24).

Em 1651, a administração ultramarina separou Maranhão e Pará, passando cada Capitania a dispor de governo próprio. Em 1652, o Governador da Capitania, Inácio do Rego Barreto, procurou executar disposição do seu Regimento que “prescreve a liberdade de todos os índianos que até então tinham vivido com o nome de escravos”. A reação dos habitantes de Belém foi imediata: “ferve dos homens o tumulto” (BAENA, 1969: 64-5). Pressões exerceu a Câmara sobre o Governador para que recuasse da sua determinação, ao mesmo tempo que, para Lisboa, seguiram representantes do Pará e do Maranhão com o fim de revelar ao governo metropolitano, do ponto de vista da colonização, os inconvenientes de tão irrestrita liberdade. Para os colonos de Belém e de São Luís, em jogo estava a sobrevivência do mercantilismo possível no Pará e no Maranhão, até porque as bases econômicas locais ainda não haviam despontado como produção ajustada aos mercados metropolitanos. De qualquer modo, em 1653, a Companhia de Jesus achava-se atuando no Pará e no Maranhão.

No cruzamento desses eixos, o das necessidades práticas da colonização, imperativo da conquista do espaço amazônico, e o da evangelização, instrumento da realização do espírito tridentino no mundo, mas principalmente demanda do imperialismo cristológico de Vieira em construção, produziram-se as realidades que assinalaram a primeira experiência da Companhia de Jesus na Amazônia seiscentista. A ação apostólica de Vieira no norte do Brasil estaria profundamente relacionada à sua visão profética da história, na forma como assumiu a construção, a um só tempo apostólica e histórica, do acreditado e apregoado Quinto Império vieiriano.

Vistos por esse ângulo, os anos passados na Amazônia foram também marcantes para Vieira aprofundar as suas leituras da história profetizada de Portugal, cujas chaves de entendimento, por isso mesmo, o grande pregador buscava nas Escrituras, inclusive para melhor compreender o então presente lusitano. Afinal, como foi rapidamente mencionado em outra passagem, Vieira, quando chegou ao Maranhão, já andava avançado na construção de um sistema messiânico e milenarista para pensar a história futura de Portugal como manifestação de uma nova era do cristianismo: o Quinto Império. Afinal, é quase certo que Vieira já estivesse a se dedicar à sua teologia política desde meados da década de 1640 (PELOSO: 2007, 52), com as interrupções que a sua vida agitada e suas freqüentes viagens provocavam. Na Amazônia, ele não interrompeu seus vãos proféticos; antes, a natureza ciclópica da região certamente o fazia pensar ainda mais no corpo planetário e evangélico do Quinto Império.

Vieira trabalharia com o sentido da história de um Portugal povo do Verbo, uma história que responderia à eleição lusitana de levar a Palavra ao mundo, e ao assim proceder, construiu um império que realizava, a um só tempo, a sementeira do Evangelho e a proclamação das Legendas lusitanas. Para Antônio Vieira, o Portugal histórico era também o Portugal do Milagre de Ourique, quando Cristo aparece a D. Afonso Henriques antes de sua vitória contra os árabes em 1139, assim como era o Portugal do Bandarra, cujas trovas, escritas provavelmente entre 1520 e 1540, anunciavam o reino cristão e cristológico messiânico e milenarista lusitano. A presença da Companhia de Jesus no Brasil – e, no caso, no Maranhão e no Pará – inscrevia-se no corpo místico da eleição portuguesa de semear o Evangelho pelo mundo. O Novo Mundo/Mundo Novo seria um império único e planetário da Palavra, o corpo empírico do Verbo.

O sentido último do império crístico e cristológico de Vieira, portanto, se observado à luz das Escrituras, encarnava a eleição evangélica portuguesa. Se, entretanto, for visto pela ótica das

novas realidades materiais da Europa moderna, sustenta-se sobre uma *res mundi* resultante do alargamento dos horizontes do próprio mundo desvendado pelas Grandes Navegações e pela expansão colonial portuguesa. No caso dos avanços náuticos lusitanos, sua dimensão empírica abrangeu espaços nos continentes asiático, africano e americano, e mesmo estando esse império em crise à época de Vieira, servia, à perfeição, como imagem e como cenário do Império de Cristo na Terra. Assim, ainda que profeticamente argüido e teologicamente justificado, o *Quinto Império* deita raízes no Mundo e na História (BORGES: 1995, 247).

Em distintos espaços do seu edifício retórico, Antônio Vieira recupera o papel dos *argonautas* portugueses na revelação/invenção do Novo Mundo/Mundo Novo, profeticamente anunciada, encarnado nas terras da Ásia, África e América. Já na *História do Futuro*, tratando do avanço dos nautas lusitanos pela costa atlântica da África, Vieira, ao eleger a passagem do Cabo Não (1428), descortina o mundo aberto pelas quilhas portuguesas na conquista unívoca do espaço e do tempo planetários. A força das imagens reunidas nos quadros da narrativa recupera, de forma hiperbólica, o lugar que o Atlântico ocupava nas mentalidades européias de um recém-começado século XV, de uma Europa contingenciada, material e mentalmente, pelo *Non plus ultra* remissivo às Colunas de Hércules e ao canto XXVI do *Inferno* de Dante:

“Ali onde chega o presente e começa o futuro, era até agora o Cabo de Não. Não havia historiador que dali passasse um ponto com a narração dos sucessos de sua história. Não havia cronológico que dali adiantasse um momento a conta de seus anos e dias. Não havia pensamento que ainda com a imaginação (que a tudo se atreve) desse um passo seguro mais adiante naquele tão desusado caminho; o que confusamente se representava adiante, e ao longe deste Cabo, era a carranca medonha e o temerosíssimo Bojador do futuro, coberto todo de névoas, de sombras, de nuvens espessas, de escuridade, de cegueira, de medos, de horrores, de impossíveis. Mas se agora virmos desfeitas estas névoas, desvanecido este escuro, facilitada esta passagem, dobrado este Cabo, sondado este fundo, e navegável, e navegada a imensidade dos mares (...) demos louvores a Deus e às disposições de sua Providência e entendamos que se passou o Cabo porque chegou a hora”. (VIEIRA: 1998, 192-3)

Compreensível, portanto, que na sua também profética ordenação da História e do seu movimento, Vieira tenha reservado aos portugueses papel de máxima expressão da disseminação do Verbo pelo que chamava *as três partes do Mundo*. Ao proceder a sua leitura de Zacarias, por exemplo, Vieira recupera a primeira profecia de Daniel, agora trabalhada à luz da sua teologia política, projetado o seu foco sobre o *locus* da Península Ibérica e do Portugal da Restauração. Tratando-se da relação entre a história passada e a história futura de Portugal, diz ele que do Império Romano os “fortíssimos” foram, dentre os homens mais fortes, os “Espanhóis”, mas que “entre esses Espanhóis os fortíssimos dos fortíssimos foram os Portugueses”, como assim demonstrou “a conquista dos mares e terras do Oriente”. (VIEIRA: 1998, 272-73)

A existência, profetizada, do Novo Mundo, e em particular do Brasil, Vieira buscou-a a Isaías (Isaías:18), quando o profeta se refere às terras “além dos rios da Etiópia”, profecia não decifrada pelos “intérpretes antigos”, já que estes não conseguiram vislumbrar que terras eram aquelas. Proclama, então, Vieira, ele mesmo intérprete e profeta: “digo primeiramente, que o Texto de Isaías se entende do Brasil, porque o Brasil é a terra que diretamente está além e da outra banda da Etiópia, como diz o Profeta...”, terra que o Espírito Santo reservara à Palavra, no que o pregador atrelava o expansionismo mercantil lusitano à condição do português povo eleito na sementeira do Verbo (VIEIRA: 1998, 297-98). Veja-se, nesse sentido, a fulgurância das imagens reunidas no *Sermão da Epifania*, pregado na Capela Real de Lisboa em 1662,

peça oratória e doutrinária reflexiva da expulsão dos jesuítas do Maranhão e do Pará. Ali, sentencia o pregador a propósito do destino crístico lusitano:

“...digo que esta nova terra e estes novos Céus, são as terras e os Céus do Mundo Novo descoberto pelos Portugueses. Não é verdade que quando os nossos Argonautas começaram e prosseguiram as suas primeiras navegações iam juntamente descobrindo novas terras, novos mares, novos climas, novos Céus, novas Estrelas? (...) E porque o fim deste novo descobrimento ou desta nova criação era a Igreja também nova que Deus pretendia fundar no mesmo Novo Mundo, acrescentou logo (pelo mesmo Profeta e pelos mesmos termos) que havia também de criar uma nova Jerusalém, isto é, uma nova Igreja...” (VIEIRA: 2000, v.1, 596-97).

Assim, a parenética de Vieira revela que os passos dados no que seria a invenção e a dilatação do Portugal Império eram, porque profeticamente anunciados, os mesmos da universalização da Fé, o que, para o autor da *História do Futuro*, manifestava a Eleição e o apostolado lusitano na mundialização da Palavra (NEVES: 1997, 191-94). Já dizia, a esse propósito, Vieira, no *Sermão de Santo Antônio*, pregado em Roma, na Igreja dos Portugueses, que “o brasão de nascer português era obrigação de morrer peregrino” (VIEIRA: 2000, v.1, 285), uma peregrinação-evangelização voltada para a realização do triunfo último da Palavra. Afinal, como em outra narrativa ainda observou Vieira, sabiam os portugueses “que tinha Cristo prometido ao seu primeiro Rei, que os escolhera para Argonautas Apostólicos do seu Evangelho, e para levarem seu nome, e fundarem o seu Império entre gentes remotas e não conhecidas, e esta fé os animava nos trabalhos...” (VIEIRA: 1998, 81).

Com ficou assinalado no início deste artigo, foi precisamente na Amazônia, no que seria, à época, o Pará e o Maranhão, que Antônio Vieira, entre 1653 e 1661, investiu profundamente na concretização do seu *élan* missionário, mas também na construção da sua teologia política. Sempre fundado na leitura do Livro de Isaías, Vieira encontra nas figuras da profecia a razão canônica – e, claro, humanística, quando, à Montaigne, relativiza a antropofagia – da catequese, da evangelização do indígena, da sua conversão em ovelha do rebanho do Senhor. Em Isaías, “Cronista de Portugal e suas conquistas”, escreveu Vieira, encontrou o pregador a identidade canônica dos índios do norte do Brasil. Fiel ao profetismo milenarista joaquimita, um dos suportes teológicos da escatologia jesuítica, Vieira tomou as populações indígenas do setentrão brasileiro – e do Brasil do missionarismo inaciano como um todo – em sua identidade de encarnação do *genus angelicum*, o estado de pureza anunciador do estado de graça a dominar o futuro Império do Mundo ou o *Quinto Império*. Reza, a esse propósito, Vieira, na *História do Futuro*:

“Continua Isaías a sua descrição, e diz que os habitantes desta Província são gente arrancada e despedaçada [pela ação dos colonos em seu avanço sobre a terra]; e só o Espírito Santo poderá recopilar em duas palavras a história e última fortuna daquela gente (...) Deixo muitos outros lugares [à descrição] do Profeta Isaías, o qual verdadeiramente se pode contar entre os Cronistas de Portugal, segundo fala muitas vezes nas espirituais conquistas dos Portugueses, e nas gentes e nações que por seus Pregadores se converterão à Fé...” (VIEIRA: 1998, 311-12)

Os domínios setentrionais do Brasil ocupariam, assim, um lugar destacado no pensamento simbólico de Antônio Vieira, precisamente e o Grão-Pará e o Maranhão, espaços da amplíssima e planetária Amazônia, partes do universal, terreno e ao mesmo tempo cristológico *Quinto Império* esculpido pela exegese e pela hermenêutica testamentárias vieiriana. Afinal, o Brasil, como foi antes referido, e nele compreendida a Amazônia, foram, o todo e a parte, anunciados, profetizados por Isaías, 18. A leitura canônica da Escritura feita por Vieira conferiu figuração empírica, no presente, ao que fora buscado como antevisão no

passado e escrita de uma história, esta a consumir-se no futuro. Pela designação genérica de *Maranhão*, assim figura a Amazônia, no caso, repita-se, o Maranhão e o Pará, no cenário impressionista que Antônio Vieira pintou à luz da Escritura:

“...e esta gente, e esta Província, mostraremos agora que é a que com toda a propriedade chamamos Maranhão, que por ser tão pouco conhecida, e menos nomeada dos Escritores, não é muito que a falta de suas notícias lhe tivesse até agora escurecido, e divertido a honra deste famoso Oráculo do mais ilustre Profeta, que tão expressamente tinha falado nesta gente. Diz pois o Profeta que são estes homens uma gente, a quem os rios lhe roubaram a sua terra (...) E é admirável a propriedade desta diferença, porque em toda aquela terra, em que os rios são infinitos, e os maiores, e mais caudalosos do mundo, quase todos os campos estão alagados, e cobertos de água doce, não se vendo em muitas jornadas, mais que bosques, palmares e arvoredos altíssimos, todos com as raízes, e troncos metidos na água (...) E posto que estes alagadiços sejam ordinários em toda aquela costa, vê-se esta destroço, e roubo, que os rios fizeram à terra, muito mais particularmente naquele vastíssimo Arquipélago do rio chamado Orellana, e agora das Amazonas...”(VIEIRA: 1998, 300-1)

Quer como arquiteto da obra física da Igreja, quer como edificador da obra espiritual da Palavra, Vieira peregrinou, pregou e semeou durante os anos em que esteve na Amazônia em meio ao universo daqueles que, em “pecado filosófico”, ou seja, ao desconhecimento do Verbo, formavam o rebanho que deveria ser tangido ao encontro da Igreja de Cristo. Esse foi o cenário cristológico onde, como discurso elaborado, nasceu o texto *Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo*, na forma da carta que Antônio Vieira escreveu a 29 de abril de 1659 ao jesuíta André Fernandes, bispo nomeado do Japão, documento a que o pregador deu forma estando ele em Camutá (hoje, Cametá), num ponto da floresta amazônica situado nas confluências dos rios Amazonas e Tocantins. Vinha mais claramente à cena, com as mais diferentes formas de repercussão, um pensamento teológico-histórico atrelado à envergadura do nome de Antônio Vieira, pensamento esse que recuperava as tradições proféticas e milenaristas portuguesas, na sua forma então mais conhecida, o já visto *sebastianismo*. Em *Esperanças de Portugal*, e segundo foi dada a carta a conhecer, D. João IV, e não mais D. Sebastião, animava o paradigma do rei *redivivus*, ultrapassava a profecia sebastianista e atualizava a origem cristológica de Portugal.

A carta escrita ao bispo André Fernandes está diretamente relacionada à morte de D. João IV, em 1656, e tinha como fim externar à regente do trono de Portugal, D. Luísa de Gusmão, a solidariedade de Vieira pela morte do rei. Ainda que Vieira, ao comparecer, em 1663, ao Tribunal da Inquisição de Coimbra, houvesse declarado que as preocupações intelectuais e doutrinárias que o levaram à concepção do *Quinto Império* remetessem, em suas origens, aos meados da década de 1640, foi com *Esperanças de Portugal* que tais preocupações assumiram uma dimensão pública. A ida de Vieira perante o Santo Ofício está relacionada ao conhecimento de *Esperanças de Portugal*. Ainda que o profetismo de Vieira, como aqui está sendo tratado, já viesse de há muito sendo construído, é de se admitir que a sua vivência na Amazônia reforçou o que ele considerava como sendo as partes do corpo empírico do Quinto Império.

Com efeito, entrada a segunda metade do século XVII, mais ou menos à altura da expulsão de Vieira do Grão-Pará e Maranhão, os vinte e pouco jesuítas em ação no norte do Brasil haviam avançado na construção do mundo dos índios livres. Diz, nesse sentido, João Lúcio de Azevedo, que os jesuítas estavam presentes em imenso território e agiam sobre uma expressiva população tribal. Em outras palavras, “onze aldeias de índios mansos no Maranhão e Gurupi; seis nas vizinhanças do Pará, sete no Tocantins, vinte e oito no Amazonas,

constituíam por então o domínio efetivo dos jesuítas [que] sonhavam imperar em todo o imenso rio, ainda incógnito, que, no seu longo curso e nas inúmeras ramificações, era povoado de tantas e tão diversas gentes, matéria-prima escolhida da catequese” (AZEVEDO: 1999, 64-5).

Foi no interior dessa Amazônia e de suas populações tribais, vistas como habitantes de um futuro *Reino de Cristo na Terra Consumado*, que Antônio Vieira defendeu a liberdade indígena face à lógica da colonização. E o fez, já foi salientado, de um ponto de vista canônico: somente livres dos colonos e livres de sua herança cultural, habitando as missões e seguindo o apostolado jesuítico, é que os índios chegariam ao Quinto Império. Afinal, *genus angelicum*, eram criaturas prontas para receber o Verbo.

### **Bibliografia**

AZEVEDO, João Lúcio de. *Os jesuítas no Grão-Pará; suas missões e a colonização*. Bosquejo histórico com vários documentos inéditos. Belém: Secult, 1999. Fac-símile de Lisboa: T. Cardoso, 1901.

BAENA, Antônio. *Compêndio das eras da Província do Pará*. 2.ed. Belém: Universidade Federal do Pará.

BERREDO [Bernardo Pereira]. *Anais históricos do Estado do Maranhão*. 3.ed. Tipografia Baebèra, 1905. 2 vol.

BORGES, Paulo Alexandre Esteves. *A plenificação da História em Antônio Vieira; estudo sobre a idéia de Quinto Império na defesa perante o Tribunal do Santo Ofício*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.

COELHO, Geraldo Mártires. “O Anticristo na Selva”, em \_\_\_\_\_ *O violino de Ingres; leituras de História Cultural*. Belém: Paka-Tatu, 2005.

NEVES, Luiz Felipe Baetas. *Vieira e a imaginação social jesuítica; Maranhão e Grão-Pará no século XVII*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

PELOSO, Silvano. *Antônio Vieira e o Império Universal; a Clavis Prophetarum e os documentos inquisitoriais*. Rio de Janeiro: De Letras, 2007.

VIEIRA, António. *História do Futuro; Livro Antepimeiro*. Belém: Secult, 1998. Fac-símile de Lisboa Ocidental: António Pedrozo Galram, 1718.

\_\_\_\_\_. *Sermões* (org. Alcir Pécora). São Paulo: Hedra, 2000. 2 v.